

Transparência é a palavra-chave para manter a ética

A transparência na tomada de decisão e nas condutas que gerenciam o corpo clínico é uma das principais práticas que o HC II, unidade que busca manter o selo de hospital acreditado, possui para cumprir as metas do capítulo GLD.12 do Manual de Padrões de Acreditação Hospitalar, que trata da ética organizacional e clínica. "Para obedecer ao padrão prescrito, é necessário avaliar tudo o que corresponde ao que o servidor público faz em seu trabalho. Tudo deve estar muito claro", enfatiza o diretor do HC II, Marcos Renni. Essa preocupação tem como objetivo garantir que os cuidados sejam prestados de acordo com normas éticas e legais, de modo a proteger os pacientes e seus direitos.

O vice-diretor da unidade, Gélcio Mendes, acrescenta que esse é um esforço contínuo. "A ética é algo a que precisamos ficar sempre atentos. Não é um trabalho que se faz e dura anos, é necessário manter a cada dia", adverte. Para ajudar nessa manutenção, o Instituto conta com comissões de ética médica e de Enfermagem. "A descentralização das ações é importante para que cada especialidade possa discutir e apontar suas questões mais diretamente", ressalta Gélcio Mendes.

Paciente tem sigilo garantido

As normas nacionais e internacionais de direitos humanos foram consideradas para criar um padrão de conduta. Uma dessas regras corresponde ao sigilo sobre qualquer assunto relacionado ao paciente e seu tratamento. "Sempre nos preocupamos com a privacidade e as informações sigilosas de cada indivíduo. Por exemplo, quando utilizamos uma imagem de algum procedimento clínico, além do pedido de autorização por escrito, existe também o cuidado de não mostrar nada que identifique a pessoa, como uma tatuagem", explica o vice-diretor.

O propósito da divulgação de qualquer imagem é especificado nesse documento de autorização. Ainda que permita, o paciente tem direito de pedir a revogação da exposição, independentemente do local e da situação em que for realizada, caso mude de ideia.

O hospital também é responsável por fazer valer ao enfermo o direito de transparência. "Precisamos de muita cautela, mas o paciente é informado sobre todo o processo, desde o diagnóstico até os efeitos do tratamento. Ele participa de palestras multidisciplinares para saber mais sobre a doença, obtendo esclarecimentos, por exemplo, sobre nutrição e tratamento radioterápico", garante Marcos Renni. A preocupação com a transparência, acrescenta Gélcio Mendes, não se resume aos pacientes. "Sempre tornamos públicas as informações relativas aos procedimentos para matrículas e interações e sobre o funcionamento da unidade de forma geral.

Marcos Renni (à esq.) e Gélcio Mendes, diretor e vice-diretor do HC II



Nosso esforço, agora, é também para intensificar a divulgação de indicadores que demonstrem os resultados dos tratamentos", ressalta.

Conduta profissional

Um dos pontos mais críticos da ética institucional está ligado aos possíveis erros dos profissionais da área de saúde. Afinal, como resolver a questão sem causar constrangimento e evitar danos maiores? Segundo Gélcio Mendes, uma comissão avalia cada caso, pois dificilmente o erro é cometido por uma pessoa só. Marcos Renni explica que a política de transparência também é usada nesse tipo de situação. "Nós chamamos as pessoas envolvidas e tentamos identificar o que aconteceu de errado, para que aquilo não se repita. A intenção não é punir ninguém, e sim entender o que está acontecendo. Só assim podemos melhorar", pondera.

Ainda na questão que envolve a transparência em todos os setores do HC II, o diretor da unidade fala sobre os planos para divulgar outros tipos de informação. "Estamos desenvolvendo um trabalho sobre a curva de sobrevida nos tratamentos feitos nas áreas de Tecido Ósseo Conectivo e Ginecologia. Ainda não temos resultados, porque é uma avaliação muito criteriosa, a ser comparada com índices da literatura mundial", adianta.

Atualmente, o HC II divulga protocolos clínicos na Intranet e também monitora o Sistema Nacional de Regulação (Sisreg), que fornece relatórios mensais sobre o acesso das mulheres com câncer que chegam ao Serviço de Ginecologia, regulado desde agosto de 2013.

 NA INTRANET

Acesse os protocolos clínicos da unidade em Assistência / HC II.



Esperamos sua sugestão!

Faça como a residente Bianca Cerbaro, que enviou a ideia para a matéria sobre a área de Física Médica do Instituto. Sugira um assunto para este e outros meios de comunicação interna do INCA. É fácil – basta escrever para comunicacao@inca.gov.br ou ligar: 3207-5962.